

LARISSA SOARES LOPES
SABRINA CRISTINA BARBOSA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL PARA PEQUENOS
PRODUTORES: UM ESTUDO DE CASO NA FAZENDA ROBSON**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBIES

CARATINGA
2019

LARISSA SOARES LOPES
SABRINA CRISTINA BARBOSA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL PARA PEQUENOS
PRODUTORES: UM ESTUDO DE CASO NA FAZENDA ROBSON**

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Caratinga, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Professor MSc. Vagner Bravos Valadares.

CARATINGA
2019

rede de ensino
DOCTUM

FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

FORMULÁRIO 9

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

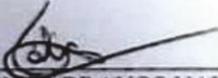
TERMO DE APROVAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

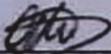
O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL PARA PEQUENOS PRODUTORES: UM ESTUDO DE CASO NA FAZENDA ROBSON, elaborado pelo(s) aluno(s) LARISSA SOARES LOPES e SABRINA CRISTINA BARBOS DA SILVA foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Caratinga 09/12/2019


VAGNER BRAVOS VALADARES
Prof. Orientador


MANOEL RICHARDSON GRILLI
Prof. Avaliador 1


GISELY XAVIER DA SILVA
Prof. Examinador 2

RESUMO

A contabilidade rural é o estudo contábil do patrimônio rural, voltada para os setores agropecuário, agrícola, agroindustrial e zootécnico. Esse ramo possui diferentes características das demais áreas da contabilidade, por esse motivo é necessário se adaptar a este segmento adotando estratégias, que possibilitem a melhoria na lucratividade e resultados a serem obtidos. Um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais é a falta de planejamento e conhecimento na gestão patrimonial, o que dificulta na obtenção de bons resultados. Outro fator que acarreta na impossibilidade do crescimento dos negócios é o baixo grau de escolaridade que afeta a população rural. Deste modo, essa pesquisa buscou responder o seguinte problema: Como auxiliar os pequenos produtores rurais na tomada de decisões, a fim de obter melhores resultados e lucratividade? Buscando atender as necessidades rurais, é preciso ser adotadas estratégias que permitam aumentar a produtividade, diminuir despesas e gastos desnecessários, trabalhar com planejamentos, obtendo organização nos meios que influenciam nos resultados, de forma que todo produtor rural tenha facilidade em obter informações, para que a contabilização possa ser feita de maneira correta.

Palavras-Chave: Produtor Rural, Estratégia, Lucratividade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - Evolução da Quantidade de ME (2010 a 2022)	12
GRÁFICO 2 - Distribuição (%) das ME por Região – 2017	13
GRÁFICO 3 - Distribuição das ME, por UF, em 2017 (nº de empresas)	Erro! Indicador não definido.3
GRÁFICO 4 - Distribuição (%) das ME, por UF, em 2017.....	Erro! Indicador não definido.4
GRÁFICO 5 - Número de Empresários, Potenciais Empresários e Produtores Rurais, no Brasil (em milhões de pessoas).	16
GRÁFICO 6 - Número de Empreendedores em 2017/18.....	17
GRÁFICO 7 - Número de Empreendedores de 2015 a 2018.....	17
GRÁFICO 8 - Sexo dos Empreendedores	Erro! Indicador não definido.8
GRÁFICO 9 - Ranking – Produtores Rurais (1º trim/2018)	19
MAPA 1- Número de Empreendedores por Estado.....	20
TABELA 1 - Fluxo de Caixa da Propriedade Rural Fazenda Robson	40
TABELA 2 - DRE da Propriedade Rural Fazenda Robson no Período de Setembro/2018 a Agosto/2019.....	Erro! Indicador não definido.3
TABELA 3 - Balanço Patrimonial da Propriedade Rural Fazenda Robson no Período de Setembro/2018 a Agosto/2019.....	Erro! Indicador não definido.4

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	08
1- MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS RURAIS	Erro! Indicador não definido.
1.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS A PARTIR DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	Erro! Indicador não definido.
1.2 O CENÁRIO SOCIAL, TECNOLÓGICO E GLOBALIZADO DE ALTA COMPETIVIDADE.....	Erro! Indicador não definido.0
2 - A NECESSIDADE DE UMA BOA GESTÃO FINANCEIRA....	Erro! Indicador não definido.7
2.1 FUNDAMENTOS DE UM EFICAZ PLANEJAMENTO FINANCEIRO RURAL	Erro! Indicador não definido.8
2.2 FUNÇÕES DE UM ADMINISTRADOR FINANCEIRO RURAL	Erro! Indicador não definido.
2.3 CONTROLES DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO RURAL.	Erro! Indicador não definido.
2.3.1 Orçamento de Fluxo de Caixa	38
2.3.2 A DRE	Erro! Indicador não definido.2
2.3.3 O Balanço Patrimonial.....	Erro! Indicador não definido.
3 - IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA NUMA LAVOURA DE CAFÉ.	Erro! Indicador não definido.5
3.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS.....	Erro! Indicador não definido.5
3.1.1 Identificação do Ponto de Equilíbrio	Erro! Indicador não definido.5
3.1.2 Identificação dos Índices de Liquidez	Erro! Indicador não definido.5
3.1.3 Identificação do Índice de Endividamento	47
3.1.4 Identificação do Índice de Rentabilidade	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro momento da escrita desse trabalho de conclusão de curso se teve em mente a importância do tema norteador da pesquisa, e tal situação justifica-se a partir dos ganhos abaixo descritos:

O mercado atual busca cada vez mais profissionais capacitados em prestar assistência efetiva nas empresas e a quem necessite de seus serviços. É obrigação do contador obter informações a fim de auxiliar seus clientes na tomada de decisões. Com este trabalho, se pretende ampliar o conhecimento sobre contabilidade rural, bem como aplicar estratégias em pequenas propriedades rurais que auxiliem aos de baixo grau de escolaridade, visando lucratividade, crescimento e controle de seus patrimônios.

A contabilidade rural é de extrema importância para o homem do campo, uma vez que esta atividade representa uma das principais fontes de renda do país, o que movimenta grande parte da economia, deste modo, vale destacar que da mesma forma que é de tamanha importância da contabilidade nas empresas é de essencial necessidade a contabilidade nas propriedades rurais.

Na maioria das vezes, subentende-se que contabilidade está ligada apenas a empresas, porém esta ciência abrange vários campos. É preciso, atribuir à imagem do campo a contabilidade, trazendo novidades e informações que facilitem a vida do produtor rural, para que assim sejam tomadas todas as medidas necessárias para um bom gerenciamento do negócio.

Em função dessa justificativa optou-se por desenvolver a pesquisa na zona rural de Caratinga, no distrito de Santa Luzia.

Para tanto, o problema que deu vida à pesquisa é o seguinte: Como auxiliar os pequenos produtores rurais na tomada de decisões, a fim de obter melhores resultados e lucratividade?

Tal problema para ser respondido cumpriu o objetivo específico de estruturar uma matriz de planilhamento de dados que permita ao pequeno produtor rural acompanhar os indicadores de liquidez dos seus investimentos.

Também objetivos gerais como o de aproximar os pequenos produtores das variáveis de custos diretos e indiretos relacionados à produtividade do seu empreendimento; Melhorar a qualidade das informações que afetam a contabilidade

dos empreendimentos de pequeno porte; Criar um sistema eficaz de planilhamento que seja acessível aos empreendedores rurais de pequeno porte.

Hipoteticamente a pesquisa se sustenta a partir de seu marco teórico que assim diz:

A contabilidade é a radiografia de uma Empresa Rural. Ela traduz, em valores monetários, o desempenho do negócio e denuncia o grau de eficiência de sua administração. Em última análise, a Contabilidade vai dizer se uma Empresa Rural está atingindo o seu objetivo final: o lucro. Apesar de ser uma atividade que, por força de lei, só pode ser exercida por um profissional especializado, a Contabilidade deve ser acompanhada muito de perto pelo proprietário rural. É nos balanços e nos livros de registro que ele vai encontrar os diagnósticos que vão apontar o caminho do sucesso e as necessárias correções de rumo, inevitáveis no processo de evolução de qualquer Empresa Rural. (CREPALDI, 2006, p. 95).

A construção da pesquisa se deu utilizando se critérios metodológicos como o teórico, ao estruturar-se pela seleção e adoção das obras que permitiram a construção de conceitos, tais como: Contabilidade, Contabilidade Rural, Estabelecimentos Rurais, Contabilidade Agrícola, Zootécnica, Agropecuária e Agroindústria. Estes se fazem importantes à pesquisa porque é fundamental entender do que se trata o envolvimento tema e tudo aquilo que é abordado. Ainda nesse sentido, se estabelece o valor das buscas pela internet já que é grande a oferta de artigos, monografias, dissertações e teses sobre Contabilidade Rural.

A Síntese, como resultante das análises aplicadas aos seguintes elementos: planilhas para controle, programas que facilite o entendimento e gerenciamento de todo o patrimônio, maiores informações sobre o empreendimento.

Assim como observações, pois essas ocorreram por ações que se manifestaram ao longo da pesquisa e que tiveram como força e característica a presença dos seguintes pressupostos: a falta de conhecimento, informações, gerenciamento e controle dos produtores rurais sobre seu empreendimento.

Os capítulos se compuseram a partir dos seguintes conteúdos:

No primeiro capítulo tratou-se de particularidades e conceitos referentes a história da Contabilidade. Dentro do limite do objeto foram abordados teoricamente os seguintes critérios: como surgiu a contabilidade e a história da contabilidade no Brasil. A organização do segundo capítulo se deu no sentido de ampliar a compreensão sobre as relações existentes entre a contabilidade rural e necessidade de aplicá-la nos empreendimentos rurais. Segundo as estruturas dos capítulos

anteriores, agora, no terceiro capítulo foi feita uma aproximação entre os conceitos de liquidez utilizados e a matriz de planilhamento que deu ao produtor rural uma visão contábil dos seus investimentos, tendo como sustentação as ideias de autores como Silvio Aparecido Crepaldi, José Carlos Marion, Antônio Carlos Ribeiro da Silva, Wilson Thomé Sardinha Martins, Eryma Carneiro e Hilário Franco.

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

De acordo com a FEAUSP (2019) a Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade. Seu objeto de estudo é o patrimônio, sendo seu campo de aplicação as entidades econômico-administrativas, e, Sua finalidade é assegurar que o patrimônio esteja controlado, auxiliando aos proprietários do patrimônio na tomada de decisões.

Segundo Franco (2009, p. 19):

Sua função é registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores.

Com a modernização atual, se torna cada vez mais importante o registro de todos os fatos ocorridos na entidade, é a partir desses registros que é possível utilizarem das demonstrações expositivas, para que assim seja possível confirmar e interpretar a precisão das informações e de forma correta, fazer as mudanças necessárias para melhoria e aumento do patrimônio.

De acordo com Franco (2009, p. 22):

A Contabilidade desempenha, em qualquer organismo econômico, o mesmo papel que a História na vida da humanidade. Sem ela não seria possível conhecer o passado nem o presente da vida econômica da entidade, não sendo também possível fazer previsões para o futuro nem elaborar planos para a orientação administrativa.

É de essencial importância o uso da contabilidade e de suas técnicas para a prática da mesma, sem a contabilidade não seria possível o conhecimento das informações econômico-financeiras, controle do patrimônio e elaboração de planos, afim de que pudessem ser realizadas todas as operações indispensáveis para o funcionamento da entidade.

Segundo Carneiro (1961, p. 17) “A Contabilidade Rural é a especialização da Contabilidade que se ocupa dos atos e fatos administrativos das empresas rurais”.

Conforme Crepaldi (2011, p. 82)

Contabilidade Rural é um instrumento da função administrativa que tem como finalidade:
- controlar o patrimônio das entidades rurais;

- apurar o resultado das entidades rurais;
- prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis.

Da mesma maneira que é preciso controlar o patrimônio das empresas, também é importante o controle do patrimônio das empresas rurais. A partir dos registros dos fatos ocorridos nas propriedades, é possível verificar o desenvolvimento das atividades e criar formas de facilitar a administração das mesmas. É de fundamental importância que seja reproduzidas as técnicas contábeis, para que assim a prestação de serviços se mantenha de forma regular de acordo com o perfil de cada empreendedor rural, buscando eficácia para o bom funcionamento das atividades rurais exercidas no local.

Carneiro (1961, p. 17) afirma que: “Os estabelecimentos rurais ou agrários são todos aqueles que localizados no campo, tem pôr fim a exploração das terras (agricultura *stricto-sensu*) ou a criação de animais (pecuária), ou ambas as finalidades”.

Segundo Marion (2012, p. 02) "Empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra da criação de animais e da transformação de determinadas produtos agrícolas”.

Entendemos que são consideradas propriedades rurais todas aquelas que praticam atividade rural, sendo ela com fins lucrativos ou não. Grande parte das propriedades rurais tem finalidade lucrativa, pois é a partir da prática da mesma que os produtores obtêm sua renda. Entretanto, não são todos os produtores que administram de forma correta seu patrimônio, por falta de informação.

1- MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS RURAIS

1.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS A PARTIR DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

De acordo com a ampla literatura, considera-se empresa a unidade econômico-social, integrada por elementos humanos, materiais e técnicos, que tem o objetivo de obter utilidades através da sua participação no mercado de bens e serviços

É também senso comum que as empresas são classificadas de acordo com cada setor, sendo eles primário, secundário e terciário. As empresas do setor primário são aquelas que obtêm recursos a partir da natureza (agrícolas, pesqueiras, pecuárias, etc.), as do setor secundário, são aquelas que fazem a transformação a partir da matéria-prima (indústrias e construção civil) e as do setor terciário, são as dedicadas a prestação de serviços.

De acordo com a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, capítulo II, art. 3º, inciso I e II¹, é considerado Microempresa a organização que, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Para Empresa de Pequeno Porte, aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

As microempresas e empresas de pequeno porte tiveram sua valorização citada pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, onde no Título VII, art. 170, capítulo IX, tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, e no Art. 179, assim descrevia²:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

A partir deste fato, foi instituída uma Lei Geral para o tratamento diferenciado das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sendo a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Através desta lei também foi instituído o regime tributário Simples Nacional, sendo específico para pequenos negócios.

Além das microempresas e empresas de pequeno porte, existe também o Microempreendedor Individual (MEI), sendo a pessoa que trabalha por conta própria, que segundo a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, capítulo IV, Seção III, Art. 18-A § 1^o³, assim diz:

é considerado o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo”.

As micro e pequenas empresas representam 99% de 6,4 milhões de estabelecimentos no Brasil, representando 52% dos empregados com carteira assinada no Brasil. (SEBRAE, 2018).

A facilidade na forma de tributação e até mesmo pelo tratamento diferenciado, boa parte dos empreendedores optam por ser micro e pequenas empresas, principalmente pelo fato de qualquer atividade poder ser enquadrada nesta categoria. Vale ressaltar que as atividades são aceitas neste enquadramento desde que respeite o faturamento. O mesmo acontece para os optantes pelo simples nacional, porém para este regime é necessário verificar as atividades que são enquadradas.

Os órgãos estaduais, municipais e outras repartições devem seguir a forma de tratamento diferenciado para as micro e pequenos empreendimentos previstos a partir da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

As micro e pequenas empresas são classificadas de acordo com o faturamento bruto anual e o número de empregados. Segundo o que diz o SEBRAE (2019), os pequenos negócios são divididos da seguinte forma segundo seu faturamento:

- Microempreendedor Individual - Faturamento anual até R\$ 81 mil;
- Microempresa - Faturamento anual até R\$ 360 mil;

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

- Empresa de Pequeno Porte - Faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões;
- Pequeno Produtor Rural - Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

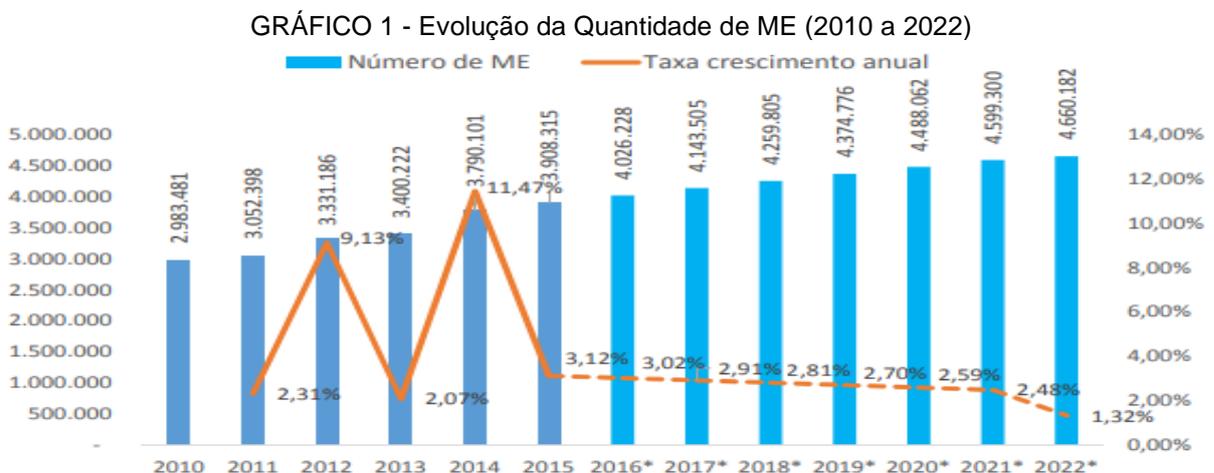
Ainda de acordo com o Sebrae (2013), no caso do segmento da indústria uma micro, pequena, média ou grande empresa podem possuir o seguinte índice relativo ao número de empregados:

- **Micro:** com até 19 empregados;
- **Pequena:** de 20 a 99 empregados;
- **Média:** 100 a 499 empregados;
- **Grande:** mais de 500 empregados;

Já no segmento de comércio e serviços, o número de empregados pode variar para menos, de acordo com cada modalidade empresarial:

- **Micro:** com até 9 empregados;
- **Pequena:** de 10 a 49 empregados;
- **Média:** de 50 a 99 empregados;
- **Grande:** mais de 100 empregados.

O número de microempresas no Brasil vem aumentando cada vez mais, por conta das características que este enquadramento oferece acaba tornando-se um dos principais pontos positivos para os empreendedores, pois é possível observar no gráfico abaixo, a representatividade deste segmento e sua evolução.



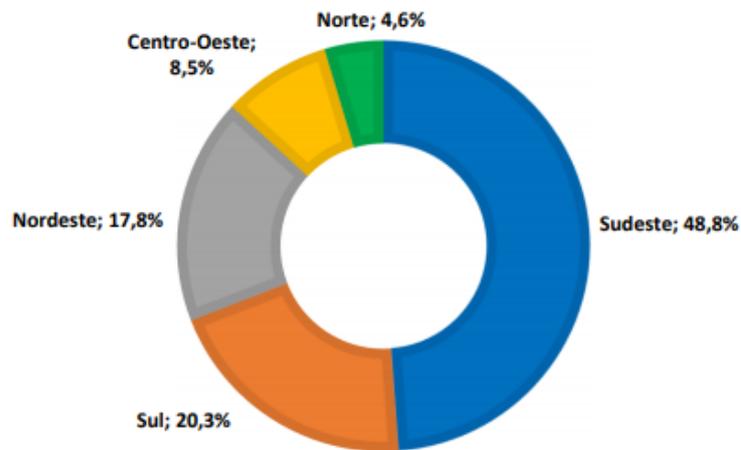
* Projeções

Fonte: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%202004%202018.pdf> - Sebrae a partir dos dados da Receita Federal.

As informações apresentadas no gráfico, mostram a evolução das microempresas. Do ano de 2010 ao ano 2022, simula-se um crescimento de 1.676.701. Pode-se perceber que de 2010 a 2019 houve um crescimento significativo, tendo em vista as facilidades que o enquadramento de microempresa oferece.

O gráfico abaixo representa a distribuição das microempresas por região.

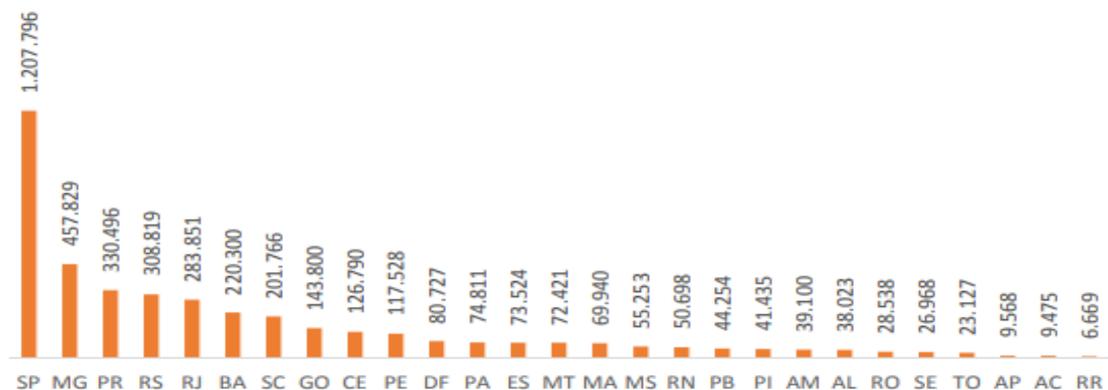
GRÁFICO 2 - Distribuição (%) das ME por Região – 2017



Fonte: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf> - Sebrae a partir dos dados da Receita Federal.

As microempresas estão concentradas em grande maioria na região sudeste do país, onde estão localizadas as grandes metrópoles, em seguida está a região Sul. Na região Norte é onde se encontra o menor número desses empreendimentos.

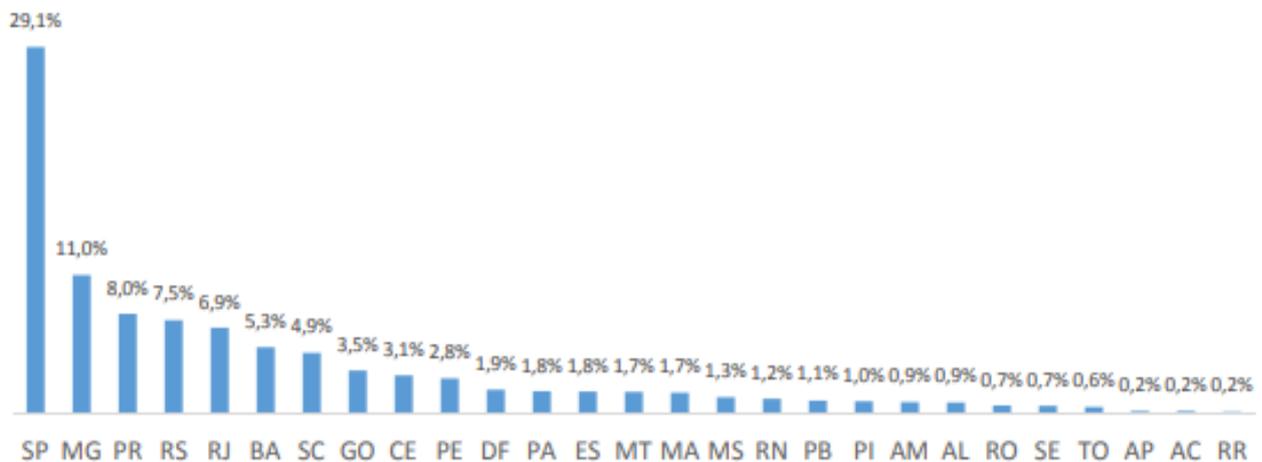
GRÁFICO 3 - Distribuição das ME, por UF, em 2017 (nº de empresas)



Fonte: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf> - Sebrae a partir dos dados da Receita Federal.

Pode-se observar que São Paulo lidera o Estado com o maior número de microempresas no país, seguido de Minas Gerais, sendo ambas as regiões com grande movimentação econômica. Em último lugar encontra-se Roraima.

GRÁFICO 4 - Distribuição (%) das ME, por UF, Em 2017



Fonte: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%202004%202018.pdf> - Sebrae a partir dos dados da Receita Federal.

Em São Paulo está localizado cerca de 29,1 % das microempresas, seguido de Minas Gerais com 11,0% e em último lugar Roraima com 0,2%.

O Estado de Minas Gerais é o segundo estado com o maior número de microempresas (MPEs), com quase 458 mil negócios, o que representa 11% dos empreendimentos desse tipo em todo País, aponta pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. (Diário do Comércio, 2019).

A partir do momento que uma pessoa decide abrir uma empresa ou um pequeno empreendimento, a mesma deve procurar sua regularização nos órgãos competentes, sendo que as empresas passam pela inscrição obrigatória no Registro Público das empresas Mercantis na sua respectiva sede.

Atualmente, existem formas simplificadas para todo o processo de abertura de um empreendimento, além de que, é cada vez mais visível a busca para melhor facilitar não somente a regularização, mas também as formas de tributação para as micro, pequenas e grandes empresas.

Os empreendimentos rurais também estão inclusos nessa forma de enquadramento, uma vez que respeite a legislação vigente.

Segundo o art. 971 da Lei 10.406/2002:

O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

No caso dos empreendimentos rurais, os mesmos podem seguir a mesma linha das empresas. É claro que as empresas rurais não funcionam da mesma forma das empresas normais, porém quem decide abrir um empreendimento rural pode sim ter o mesmo tratamento das empresas, podendo estes empreendimentos serem micro ou pequena empresa, desde que respeite do mesmo modo a legislação vigente.

Carneiro (1961, p. 17) afirma que: “Estabelecimentos rurais ou agrários são todos aqueles que localizados no campo, tem pôr fim a exploração das terras (agricultura stricto-sensu) ou a criação de animais (pecuária), ou ambas as finalidades”.

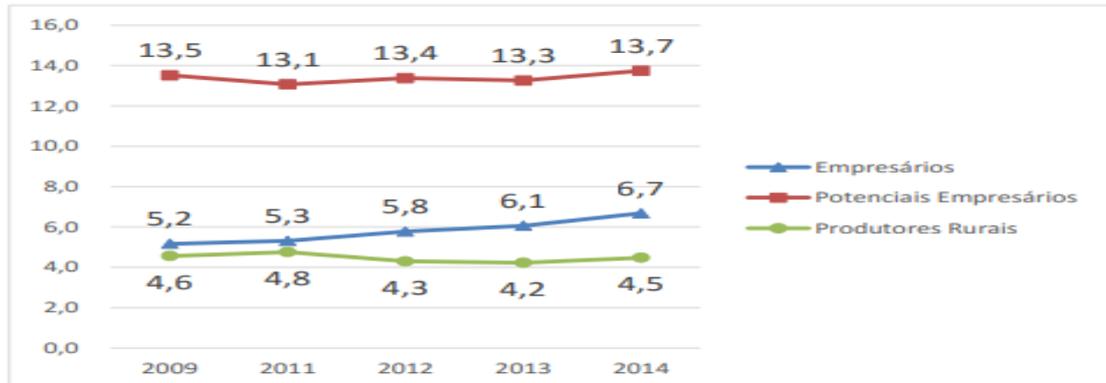
Segundo Marion (2012, p.02), "Empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra da criação de animais e da transformação de determinadas produtos agrícolas”.

Os empreendimentos rurais são todos aqueles que praticam atividade rural, sendo com fins lucrativos ou não. A atividade rural no Brasil hoje, representa a maior parte da economia, sendo responsável pelo abastecimento da população, vindo estes de pequenos produtores rurais.

Um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais é a falta de planejamento e conhecimento na gestão patrimonial, o que dificulta na obtenção de bons resultados, além de que é uma pequena parcela que entende que deve regularizar seu empreendimento rural, tanto quanto uma empresa.

Abaixo, podemos observar, os produtores rurais em relação aos empresários.

GRÁFICO 5 - Número de Empresários, Potenciais Empresários e Produtores Rurais, no Brasil (em milhões de pessoas)



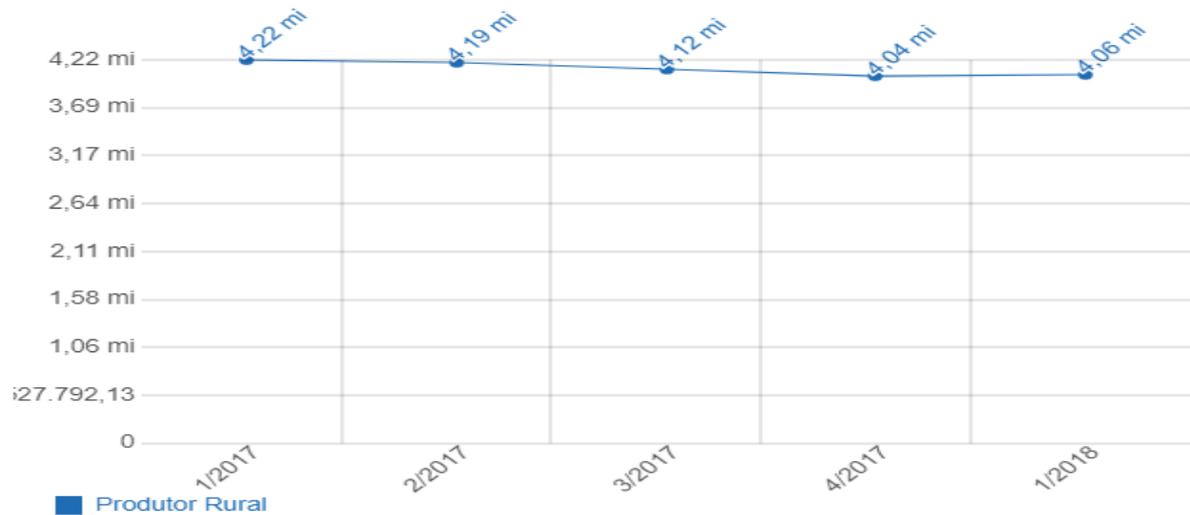
Fonte: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d5e123f8e74dc85cc28e89852299c197/\\$File/7608.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d5e123f8e74dc85cc28e89852299c197/$File/7608.pdf)

Perante as informações apresentadas no gráfico, é possível observar que quando o número de empresários aumentou o número de produtores rurais diminuiu. Vale destacar que de 2009 a 2014, o número de produtores rurais teve uma queda significativa, porém isso não deixa de demonstrar tal importância deles na economia.

No Brasil, os produtores rurais representam o menor rendimento mensal. “De acordo com dados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2018, 82,6% deles recebem no máximo 2 (dois) salários mínimos (SM) por mês, 12% recebem entre 2 e 5 SM e apenas 5% recebem mais de 5 SM.” (DATA SEBRAE, 2019).

O número de produtores rurais existentes no Brasil chegou a 4,06 milhões no primeiro trimestre de 2018. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE. Isso significa que os produtores rurais representam aproximadamente 15% do número total de empreendedores existentes no país (27,31 milhões), conforme demonstra o gráfico abaixo. (DATA SEBRAE, 2019).

GRÁFICO 6 - Número de Empreendedores em 2017/18



Fonte: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>

No primeiro trimestre de 2017 o número de empreendedores era de 4,22 milhões. Do segundo ao quarto trimestre, observa-se uma queda de cerca de 0,18 milhões. No primeiro trimestre de 2018 em relação ao quarto de 2017, houve um aumento de 0,02 milhões.

GRÁFICO 7- Número de Empreendedores de 2015 a 2018

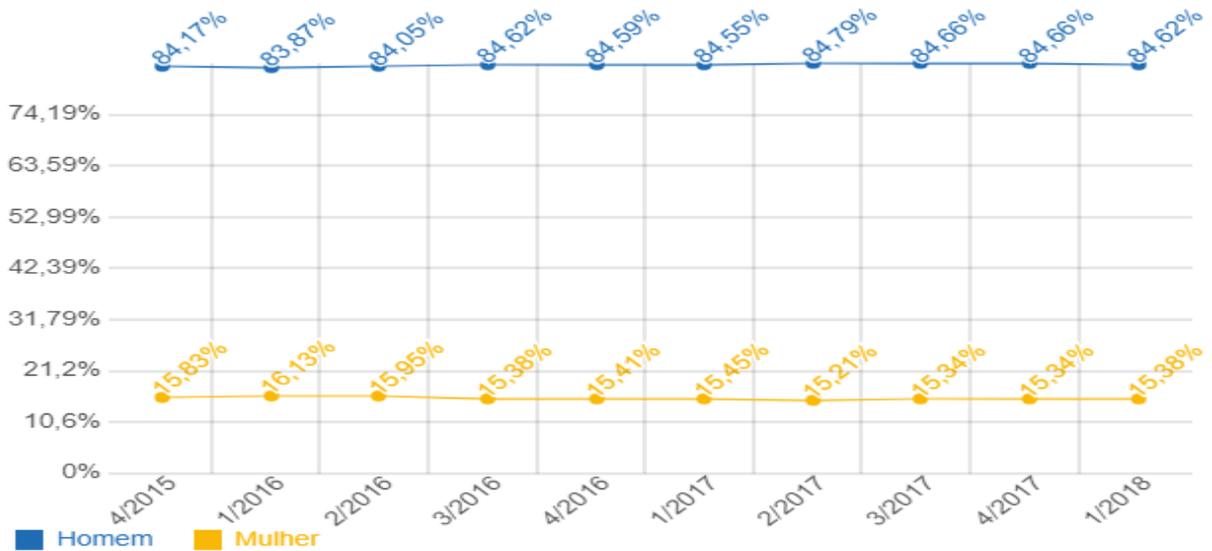


Fonte: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>

Por meio da série histórica apresentada no gráfico, pode-se observar que o número total de produtores rurais vem caindo desde o primeiro trimestre de 2016. Nesse período houve uma redução de 800 mil pessoas dentro desse grupo de

empreendedores. Em parte, a queda do número total de produtores rurais está associada ao movimento histórico de êxodo rural (a busca por melhores condições de vida nas cidades) e à modernização do campo. (DATA SEBRAE, 2019).

GRÁFICO 8 - Sexo dos Empreendedores



Fonte: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>

As mulheres continuam sendo minoritárias dentro do segmento de produtores rurais. Conforme o gráfico, é possível observar que a sua participação no comando dos negócios rurais vem se mantendo praticamente estável desde o último trimestre de 2015. (DATA SEBRAE, 2019).

GRÁFICO 9 - Ranking – Produtores Rurais (1º trim/2018)

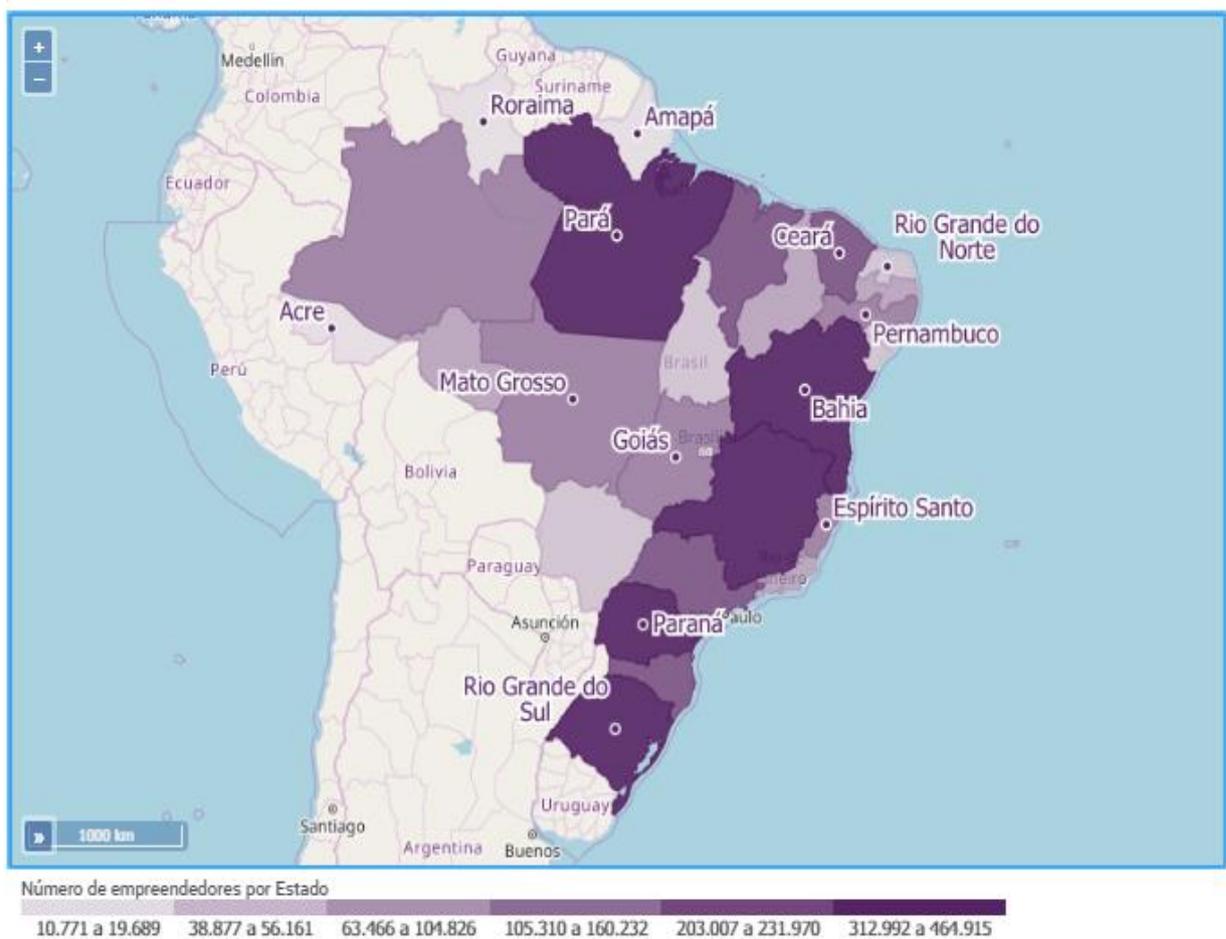
Fonte: <https://datasebrae>

Ranking - Produtores Rurais (1º trim/2018)		
Posição	UF	Produtores Rurais
1	Bahia	464.915
2	Minas Gerais	456.254
3	Rio Grande do Sul	343.666
4	Paraná	314.594
5	Pará	312.992
6	Santa Catarina	231.970
7	Ceará	231.581
8	Maranhão	224.573
9	São Paulo	203.007
10	Amazonas	160.232
11	Pernambuco	131.545
12	Espírito Santo	124.334
13	Goiás	108.216
14	Mato Grosso	105.310
15	Piauí	104.826
16	Rondônia	98.719
17	Paraíba	86.106
18	Rio de Janeiro	63.466
19	Sergipe	56.161
20	Tocantins	54.431
21	Rio Grande do Norte	46.012
22	Mato Grosso do Sul	42.305
23	Alagoas	38.877
24	Acre	19.689
25	Roraima	14.063
26	Distrito Federal	12.849
27	Amapá	10.771

[.com.br/perfil-do-produtor-rural/](https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/)

Conforme demonstra o gráfico, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná são os estados brasileiros com o maior número de produtores rurais.

MAPA 1 - Número de Empreendedores por Estado



Fonte: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>

Por região, é possível observar no mapa abaixo, que a Nordeste e a Sul possuem a maior concentração de produtores rurais. Aparentemente, a maior concentração de produtores rurais no Nordeste está associada à estrutura fundiária da região, muito fragmentada em muitos municípios no interior. O Nordeste é a região com maior número de municípios. A região detém, sozinha, 32% dos 5.570 municípios existentes no Brasil. Já o Sul, com apenas três estados, possui 21% dos municípios do país.

1.2 O CENÁRIO SOCIAL, TECNOLÓGICO E GLOBALIZADO DE ALTA COMPETIVIDADE

Toda a literatura consultada permite o entendimento que são consideradas propriedades rurais todas aquelas que praticam atividade rural, sendo ela com fins

lucrativos ou não. Grande parte das propriedades rurais tem finalidade lucrativa, pois é a partir da prática da mesma que os produtores obtêm sua renda. Entretanto, não são todos os produtores que administram de forma correta seu patrimônio, por falta de informação.

Para o cenário social no Brasil as atividades rurais têm papel de destaque na economia, trazem muitos benefícios e fazem grande parte do desenvolvimento econômico no país. Em muitas regiões a atividade rural é responsável pela maior parte da geração de empregos e giro de dinheiro, sendo assim é necessário ceder maior atenção para esse tipo de mercado. Por esse motivo o Sebrae estabelece uma comunicação de forma acessível aos empreendedores rurais.

O Sebrae, percebendo a importância do setor, criou uma série de ações e projetos que valorizam produção do micro e pequeno empreendedor rural, além de promoverem práticas agrícolas sustentáveis e a instalação de uma gestão empresarial no campo. (SEBRAE,2019)

A atividade rural representa grande parte da movimentação de capital no Brasil, a geração de empregos nesse setor é de fundamental importância no cenário social em que se passa o país, por essa razão é necessário desenvolver mais atenção a esse tipo de trabalho que em muitas vezes não é valorizado pela sociedade, que desconhece a necessidade da atividade rural para a economia do Brasil. É possível mensurar em números o que significa a atividade rural no país e segundo o PORTAL DA AGRICULTURA (2019) temos que:

(Corresponde ao faturamento bruto dentro da propriedade rural)

R\$ 570,31 bilhões (safra 2018)

R\$ 564,32 bilhões (safra 2019)

Agricultura: R\$ 383,97 (safra 2018) / R\$ 372,07 (safra 2019)

Pecuária: R\$ 186,35 (safra 2018) / R\$ 192,24 (safra 2019)

Obs.1: O Mato Grosso ocupa a primeira posição, com R\$ 82,8 bi neste ano. São Paulo está em segundo lugar, com R\$ 70,2 bilhões. Paraná (R\$ 69,9 bilhões), Minas Gerais (R\$ 55,2 bilhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 53,4 bilhões).

Obs.2: O VBP é referente a janeiro e se situa 1,1% abaixo do resultado de 2018, de R\$ 570,3 bilhões. As lavouras tiveram recuo de -3,1% e a pecuária acréscimo de 3,2%.

Existem várias maneiras de realizar a atividade rural, cada uma delas é classificada por tipo, e para cada tipo de atividade há um ramo específico. Dentre os diversos ramos da contabilidade rural, vale destacar que cada um tem sua identidade distinta e são estudadas também de formas diferentes.

Para Marion (2012, p. 03) os ramos da Contabilidade Rural se dividem em:

- Contabilidade Agrícola: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas agrícolas;
- Contabilidade Rural: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais;
- Contabilidade de Zootécnica: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas que exploram a zootécnica;
- Contabilidade da Pecuária é a Contabilidade Geral aplicada às empresas pecuárias;
- Contabilidade Agropecuária: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas agropecuárias;
- Contabilidade de Agroindústria: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas agroindustriais.

Cada atividade rural tem sua particularidade, é por esse motivo que cada uma necessita ser contabilizada de forma que identifique as características de produção. Cada tipo de atividade rural é representado em valores para a economia o país.

O setor agropecuário brasileiro deve avançar 0,6% em 2019, segundo projeções do **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (Ipea) (...) a pecuária deve ser determinante para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário.(...) A previsão para a agricultura, por outro lado, é de uma leve alta de 0,1%, explicada em grande medida pela queda na previsão da safra de soja, que deve encolher 4,4% segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (UOL,2019)

É importante ressaltar que na maioria das vezes os empreendedores rurais tem baixa escolaridade e precisam de uma forma mais compreensível para gerenciar o seu negócio, além disso muitos fazendeiros não vê a necessidade de um profissional contábil para realizar a contabilidade de suas propriedades, pois tem a visão que a mesma pode ser realizada por si próprio, porém, não aplicam de forma correta.

No Brasil cerca de 70% dos produtores rurais tem ensino fundamental incompleto, 13% tem o ensino fundamental completo, 15% têm o ensino médio completo e apenas 2% tem o ensino superior completo. A título de comparação, enquanto 70% dos produtores rurais têm, no máximo, o ensino fundamental incompleto, 38% dos potenciais empresários e apenas 15% dos empresários estão nesta mesma faixa de escolaridade. (DATA SEBRAE, 2019).

Para todos os empreendedores em geral existe um obstáculo para se manter no mercado, para os empreendedores rurais não é diferente, eles enfrentam empecilhos para conservar o seu negócio e estar sempre acompanhando as

necessidades do seu público. Muitas vezes o empreendedor não tem conhecimento e por isso se torna mais complicado se sustentar no mercado. É possível citar a tecnologia como um obstáculo para os empreendedores rurais, principalmente para aqueles que possuem pouco conhecimento e pouca escolaridade.

Os produtores rurais estão cada vez mais se modernizando, encarando as dificuldades para se manter ligados aos novos meios tecnológicos, e buscando formas de encarar essa barreira.

Segundo Dias, Zavaglia e Cassar (2013, p. 32):

As mudanças tecnológicas influenciam a teoria e a prática administrativas de diversas maneiras. Tanto pela modernização dos processos quanto pela informatização, a necessidade de especialistas dentro da organização é crescente em razão direta com a evolução tecnológica.

O empreendedor rural está cada vez mais buscando formas de se manter estável na economia buscando assim meios para estar sempre atualizado as novas tecnologias que se modernizam mais a cada dia, buscando também mais agilidade no trabalho rural e conseqüentemente maior produção que atendem a necessidade do público alvo.

O uso da tecnologia para empreendimentos rurais não se limita apenas aos meios de produção e comunicação, é necessário também a atenção para que esses empreendimentos sejam administrados e contabilizados, usando diversas vezes de meios tecnológicos, ressaltando então a importância de um profissional nesse processo.

É possível enxergar a real necessidade do uso da contabilidade em todos os tipos de patrimônio para controle, também para estar sempre atento a fatores econômicos internos e externos, que influenciam diretamente no crescimento e funcionamento do negócio, é por meio da contabilidade que se alcança esses requisitos de sustentabilidade.

De acordo com CREPALDI (2006, p. 19):

A Contabilidade Rural no Brasil é pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Isto acontece devido ao desconhecimento por parte destes empresários da importância das informações obtidas através da Contabilidade, da maior segurança e clareza que estas informações proporcionam na tomada de decisões.

CREPALDI (2006, p. 83) ressalta que:

O sucesso de qualquer empreendimento está subordinado a uma administração eficiente. É justamente nesse aspecto que a Empresa Rural brasileira apresenta uma de suas mais visíveis carências, prejudicando todo o processo de modernização da agropecuária.

Percebe-se que o brasileiro ainda não compreende perfeitamente as funções e necessidades de um acompanhamento contábil em seu patrimônio. O mesmo utiliza seus próprios conhecimentos para contabilizar, e acredita que não é preciso auxílio de um profissional da área. Porém, os erros cometidos pelos empresários rurais na falta de gestão são quase sempre os mesmos, e a falta de planejamento e controle leva a falência do negócio.

Deste modo, vale destacar que todas as formas de registros contábeis devem ser estudadas, para que possa ser escolhido a que melhor se adapte às condições do empreendimento, a fim de manter o controle e realizar as demonstrações contábeis, auxiliando na tomada de decisões.

A boa gestão do empreendimento rural é cada vez mais indispensável para o bom funcionamento e conseqüentemente o sucesso do negócio, cooperando para o crescimento do patrimônio e preparando-a para possíveis momentos de fraco mercado.

O mercado rural tem se expandido e se tornado competitivo, com a chegada das tecnologias tudo tem ficado mais moderno e os empreendedores rurais que não aderem as mudanças acabam estando atrás da concorrência. Por esse motivo os empreendedores rurais precisam de uma melhor maneira de gerir seu patrimônio, permitindo novos planejamentos profissionais para que dessa forma seja feito um melhor controle sobre a propriedade.

Crepaldi (2006, p. 95) observa:

A contabilidade é a radiografia de uma Empresa Rural. Ela traduz, em valores monetários, o desempenho do negócio e denuncia o grau de eficiência de sua administração. Em última análise, a contabilidade vai dizer se uma empresa rural está atingindo seu objetivo final: o lucro.

Dentro da contabilidade é possível encontrar um campo específico que se adapte a essas necessidades diárias de cada produtor, para que assim sejam realizados de forma regular os registros contábeis, presando pelo bom funcionamento da azienda.

De acordo com Marion (2012, p. 04):

Observa-se que as empresas de maneira geral, têm receita e despesa constantes durante os meses do ano, não havendo dificuldade quanto a fixação do mês de encerramento do exercício social para a apuração de resultado. Qualquer mês escolhido refletirá o resultado distribuída de maneira quase equitativa ao longo dos 12 últimos meses.

Geralmente na contabilidade o exercício social se encerra em 31 de dezembro em todas as empresas, porém nos empreendimentos rurais não é realizada da mesma maneira, sendo possível variar, isto acontece devido a alguns fatores que influenciam, em épocas específicas a produção faz com que o exercício social seja encerrado após o término da colheita.

Ressalta Marion (2012, p. 05):

Ora, não existe melhor momento para medir o resultado do período, senão logo após a colheita e sua respectiva comercialização. Não há lógica para se esperar 6, 8... meses até o final do ano (se a colheita for no início do ano) para mensurar o resultado (lucro ou prejuízo) da safra agrícola.

Completa Marion (2012, p. 05):

Há empresas que diversificam suas culturas e apresentam colheitas em períodos diferentes do ano. Neste caso, recomenda-se que o ano agrícola seja fixado em função da cultura prevaleça economicamente.

Na atividade agrícola, caso a apuração dos resultados fosse realizada antes do termino das colheitas, a mesma não seria útil, pois não é possível verificar se obteve lucro ou prejuízo e quais foram às despesas e receitas efetuadas no período, sem que as vendas fossem de fato efetuadas, observando que, as empresas que possuem diversos tipos de atividades, o encerramento do exercício seja realizado em função da que representa maior economia para o produtor.

Segundo Marion (2012, p. 06) na atividade pecuária:

O período adequado para o encerramento do exercício social, assim como na atividade agrícola, não é o ano civil. O ideal é realiza-lo após o nascimento dos bezerros ou o desmame.

Deste modo, é possível ter um raciocino de que para cada tipo de atividade há um período melhor para o encerramento do exercício. Por este e outros motivos

relevantes é indispensável a prestação de serviços de um profissional contábil em qualquer tipo de empresa, cabendo ao mesmo identificar qual este período e auxiliar seus clientes na tomada de decisões.

Os profissionais contábeis muitas vezes usam de planilhas de fácil entendimento dos empreendedores rurais para melhor gestão e acompanhamento dos negócios. Sendo necessário informações de custos, despesas e receitas para mensuração de valores e possíveis demonstrações de resultados. Por isso é muito importante que os produtores tenham sempre essas informações em mãos, é possível usar meios tecnológicos para mais fácil acesso as informações e atualizações.

De acordo com Dias, Zavaglia e Cassar (2013, p. 26):

A competição talvez seja o principal fator que determina a evolução dos conceitos e práticas administrativas, uma vez que se está diretamente relacionada com a sobrevivência da organização e a manutenção de sua posição competitiva. A disputa por mercados e por consumidores determina o desenvolvimento de novas estratégias e conceitos que buscam garantir a vantagem competitiva para a organização.

A competitividade empresarial não se reduz à atuação da empresa individualmente, é o resultado da eficiência da cadeia de valor ou aglomerado local no qual se estrutura um determinado segmento produtivo. Dessa forma, as empresas que fazem parte de uma cadeia de valor precisam ser competitivas. (SEBRAE,2019)

Para se manter estável no mercado o empreendedor precisa estar sempre ligado aos novos meios e novas tecnologias, acompanhando as mudanças de mercado e implantando em seu negócio novos meios abrangíveis para o sucesso e destaque em relação a concorrência, já que precisa estar preparado para enfrentar a grande competitividade que se encontra na economia.

2 - A NECESSIDADE DE UMA BOA GESTÃO FINANCEIRA

Gestão Financeira Empresarial é a atividade gerencial responsável por manter as empresas operando de forma positiva, atentando para movimentos de entrada e saída de caixa, bem como custos operacionais voltados para produto e mão-de-obra. (EDUCA MAIS BRASIL, 2019).

A Gestão financeira está diretamente ligada ao planejamento, controle, análise, e basicamente todas as ações e atividades que envolve o financeiro de um empreendimento.

Segundo Franco (2009, p. 43):

Além dos fatos contábeis, que modificam o patrimônio da entidade, há ainda diversos atos, praticados por sua administração, que, embora não tragam modificação ao patrimônio, constituem, em seu conjunto, o procedimento necessário à consecução dos fins da entidade.

A partir das informações obtidas em uma organização é possível criar um bom planejamento e manter o controle financeiro, visando o que se tem a pagar, receber, investimentos etc. Sendo assim, através de uma boa gestão financeira o empreendimento obterá melhores resultados.

Ainda segundo Franco (2009, p. 43):

Ao conjunto dos acontecimentos verificados na entidade, sejam fatos contábeis ou meramente atos administrativos, chamamos gestão. Esta pode ser medida por períodos de tempo, aos quais denominamos período administrativo. A gestão econômica nesse período dá-se o nome de exercício.

Contudo uma boa gestão financeira envolve mais que apenas verificar o caixa, movimentos financeiros, custos, receitas, despesas. A gestão financeira deve ser feita por um profissional especializado no assunto, onde o mesmo irá buscar o que for necessário para o planejamento do empreendimento, sempre em busca de resultados positivos na organização.

De acordo com Bezerra (2019, p. 5):

O administrador financeiro tem a “obrigação” de se especializar constantemente, pois ferramentas utilizadas a três, seis meses não são mais receitas de sucesso e as melhores fontes de recursos. Tem que ser além de tudo flexível e generalista, pois deve conhecer as várias funções e

ambientes que o cercam sendo a cada dia mais exigido e em várias pequenas organizações tem as funções de proprietário a contador.

O administrador financeiro será o responsável pelo planejamento financeiro, é ele quem deverá repassar as informações obtidas aos responsáveis pela organização financeira, para que assim, a partir desses fatos, possibilite na tomada de decisões, mantendo o risco menor possível.

2.1 FUNDAMENTOS DE UM EFICAZ PLANEJAMENTO FINANCEIRO RURAL

Planejamento é o ato ou efeito de planejar algo, criando métodos e formas a fim de alcançar objetivos futuros. Um bom planejamento financeiro está ligado a fatos que podem vir a acontecer, e neste caso prevenir para que não haja alterações drásticas na organização.

Segundo Oliveira (2015, p.04):

(...) o planejamento é, ainda, um processo contínuo, de um exercício mental que é executado pela empresa, independentemente de vontade específica de seus executivos, sendo essa a razão de algumas empresas não terem um processo de planejamento estruturado mas, mesmo assim, apresentam algumas ações “planejadas”.

Com as constantes alterações no mercado econômico é cada vez mais essencial que as organizações mantenham um bom planejamento financeiro. Deste a abertura até o funcionamento de um negócio é necessário planejar possíveis gastos, épocas de crise, como está a economia, e assim, montar planos e estruturas afim de não colocar em risco a organização nestas fases.

Ainda de acordo com Oliveira (2015, p. 05):

O processo de planejar envolve, portanto, um modo de pensar; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionários sobre o que, como, quando, quanto, para quem, por que, por quem e onde fazer.

Sendo assim, é necessário prever possíveis acontecimento que venham a acontecer, buscando a tomada de decisões que favoreçam a execução das atividades da empresa, buscando os impactos que estas trarão e a proporção que será tomada.

Oliveira (2015, p. 05) afirma:

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisões no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. Dentro desse raciocínio, pode-se afirmar que o exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos, desafios e metas estabelecidos para a empresa.

Todo empreendimento independente da atividade que exercerá deve ter um bom planejamento financeiro. Os estabelecimentos rurais devem seguir tanto quanto as empresas esta questão. Diferentemente do que os empreendedores pensam, uma organização deve se planejar, pois a falta de planejamento é um dos principais motivos do fechamento das empresas e da falência dos empreendimentos.

Segundo Callado (2008, p. 23):

A maior parte das atividades rurais desenvolve-se geralmente de forma irregular durante o exercício, e a administração enfrenta o desafio de atenuar ou remediar a irregularidade natural do curso dos trabalhos, intensificando outras atividades conexas (beneficiamento ou industrialização dos produtos colhidos) ou reparando as benfeitorias.

A maioria dos produtores rurais tem dentro de sua propriedade vários tipos de atividades. Muito raramente acontece de o produtor rural praticar somente uma determinada atividade. Pelo fato de ser várias, isso dificulta ainda mais o planejamento das mesmas, principalmente por serem bem distintas uma das outras. Desta forma, ocorre a irregularidade das atividades, levando futuramente a possíveis danos financeiros negativos para o produtor, que em falta de planejamento dificilmente conseguirá revertê-los.

Ainda de acordo com Callado (2008, p. 23):

Nas empresas rurais, assim como nas indústrias, a gestão administrativa abrange dois aspectos principais: o processo produtivo e as atividades comerciais. Os aspectos sobre o processo produtivo se desenvolvem no âmbito da empresa enquanto os aspectos sobre as atividades comerciais se desenvolvem entre as empresas e o ambiente externo. As atividades que podem ser consideradas tipicamente internas são as seguintes:

- Operação de manutenção dos vários fatores produtivos;
- Escolha e coordenação dos procedimentos de execução das várias operações empresariais;

- Execução das várias operações produtivas para obtenção do produto.

Vale ressaltar que todo produtor tem a atividade que é sua renda principal e de certa forma esta é a atividade que mais ele é atento. O modo como o produtor rural administra e segue o planejamento de suas atividades determina se terá lucro ou prejuízo com a mesma. É de extrema importância que ele saiba identificar os pontos positivos e negativos em sua gestão e saiba ainda de forma objetiva resolver o que não lhe acrescenta.

Conforme ressalta Callado, (2008, p. 24):

A gestão agroindustrial deve considerar não somente os aspectos financeiros, mas também as demais questões de grande importância para formular, reformular ou avaliar o processo administrativo, bem como um meio para cumprir os fins produtivos e sociais da empresa.

Ao descrever o planejamento do empreendimento, o produtor rural precisa, além de verificar a questão financeira, verificar também a produtividade, mercado de venda, todas as questões que afetaram diretamente e indiretamente seu negócio. Claro que o financeiro é o ponto principal do planejamento, porém as atividades rurais não seguem o mesmo padrão de exercício social das empresas, sendo assim o produtor deve estar preparada no espaço entre uma colheita e outra.

De acordo com Callado, (2008, p. 28):

É imprescindível que as empresas rurais implantem uma organização contábil definida para facilitar o acompanhamento das alterações patrimoniais ocorridas. Isto somente ocorrerá quando os gestores destas empresas compreenderem a importância da contabilidade de custos para seu desenvolvimento.

Da mesma maneira que é preciso controlar o patrimônio das empresas, também é importante o controle do patrimônio das empresas rurais. A partir dos registros dos fatos ocorridos nas propriedades, é possível verificar o desenvolvimento das atividades e criar formas de facilitar a administração das mesmas. É de fundamental importância que seja reproduzidas as técnicas contábeis, para que assim a prestação de serviços se mantenha de forma regular de acordo com o perfil de cada empreendedor rural, buscando eficácia para o bom funcionamento das atividades rurais exercidas no local.

Segundo Franco (2009, p. 19):

Sua função é registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores.

Com a modernização atual, se torna cada vez mais importante o registro de todos os fatos ocorridos na entidade, é a partir desses registros que é possível utilizarem das demonstrações expositivas, para que assim seja possível confirmar e interpretar a precisão das informações e de forma correta, fazer as mudanças necessárias para melhoria e aumento do patrimônio.

De acordo com Franco (2009, p. 22):

A Contabilidade desempenha, em qualquer organismo econômico, o mesmo papel que a História na vida da humanidade. Sem ela não seria possível conhecer o passado nem o presente da vida econômica da entidade, não sendo também possível fazer previsões para o futuro nem elaborar planos para a orientação administrativa.

É de essencial importância o uso da contabilidade e de suas técnicas para a prática da mesma, sem a contabilidade não seria possível o conhecimento das informações econômico-financeiras, controle do patrimônio e elaboração de planos, a fim de que pudessem ser realizadas todas as operações indispensáveis para o funcionamento da entidade.

Segundo Callado (2008, p.25):

A tomada de decisões dentro do âmbito empresarial consiste na escolha da opção dentre cursos alternativos que melhor se enquadre em seus interesses. A identificação e a ponderação dos principais aspectos relacionados a determinado contexto tem importante papel no processo de tomada de decisões, agindo como referência coletora de dados relevantes sobre custos, despesas, mercado e tecnologias.

A partir do momento que o produtor rural tem consigo um bom planejamento, auxílio na contabilização e informações precisas sobre seu empreendimento, fica mais fácil a tomada de decisões em relação a seu negócio. Todo empreendimento por menor que seja precisa de um planejamento eficaz a fim de buscar resultados positivos.

2.2 FUNÇÕES DE UM ADMINISTRADOR FINANCEIRO RURAL

Um administrador financeiro tem uma significativa influência no sucesso de uma organização na qual presta seus serviços, ele e a aplicação de seus conhecimentos adquiridos são fundamentais na criação, implementação e melhoria de projetos que beneficiem a empresa, fazendo assim um papel essencial para orientação e apoio ao proprietário.

Para Dias, Zavaglia, Cassar (2013, p.31):

O papel do administrador (e da própria administração) passou ter destaque maior ser, até mesmo, tratado como uma área individualizada do conhecimento humano a partir do momento em que as organizações alcançaram um certo tamanho e complexidade, quando a direção destas começou a apresentar dificuldades e desafios, até então, intransponíveis aos seus dirigentes.

A administração muitas vezes não é reconhecida como necessária em uma empresa, pois muitos empreendedores não reconhecem a sua extrema importância no desenvolvimento e crescimento da mesma. É significativo para a organização a elaboração de um bom planejamento, e saber a melhor forma de colocá-lo em prática, assim também como maneira de reagir a um possível momento em que se passa por situações ruins.

Segundo Dias, Zavaglia, Cassar (2013, p.29)

Podem ser observadas diferentes atitudes em relação ao enxugamento organizacional em épocas de crise, por parte de diferentes organizações. Uma atitude natural e esperada de um administrador que dirige uma organização que passa por sérios problemas financeiros em decorrência do enxugamento do mercado como um todo é o enxugamento proporcional da empresa, preparando-a para a retomada futura do crescimento quando passada a crise do setor.

No caso das organizações rurais, ainda é mais comum a dispensa de um profissional que possa administrar a propriedade, pois os proprietários tendem a ter um pensamento que não é necessário a presença deste profissional. Da mesma maneira que é preciso controlar o patrimônio das empresas, também é importante o controle do patrimônio das empresas rurais.

Segundo Novais (2014, p. 5): “Administração Rural é um ramo da ciência administrativa que estuda os processos racionais de decisões e ações administrativas em organizações rurais”.

A partir dos registros dos fatos ocorridos nas propriedades, é possível verificar o desenvolvimento das atividades e criar formas de facilitar a administração delas. É de fundamental importância que seja reproduzidas as técnicas contábeis, para que assim a prestação de serviços se mantenha de forma regular de acordo com o perfil de cada empreendedor rural, buscando eficácia para o bom funcionamento. De acordo com Dias, Zavaglia, Cassar (2013, p.19):

Cabe então, a algumas pessoas em especial, o papel de análise, planejamento, distribuição e coordenação desses recursos da maneira mais adequada para o sucesso da organização. A essas pessoas damos o nome de administradores, pois efetuam a função de administração da organização.

É exatamente neste ponto em que entra a participação dos administradores, as organizações necessitam destes profissionais para atingirem determinados fins, através de seu conhecimento este profissional tem a capacidade de auxiliá-los na implementação e melhoria de recursos que facilitem e aproximem dos objetivos da organização. É possível aplicar as informações a administração de propriedades rurais, onde também é essencial a presença de um administrador.

Dentre as funções do administrador estão o gerenciamento dos funcionários, organização e planejamento dos processos agrícolas, zootécnicos e das indústrias rurais. O bom administrador irá planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, sempre buscando soluções para os possíveis problemas encontrados e reconhecendo os processos que estão dando certo, visando cada vez mais o desenvolvimento e lucratividade da propriedade. (REVISTA AGROPECUARIA, 2014).

É direcionada ao administrador diversos papéis, podendo variar com o tipo de organização em que ele está prestando seus serviços. Seja em qualquer tipo de empreendimento é necessário que o administrador tenha competência e habilidade para gerenciar o negócio de forma correta.

Para Novais (2014, p.9):

Administrar estrategicamente a empresa rural consiste em um processo contínuo e iterativo, que visa manter a empresa como um conjunto apropriadamente integrado a seu ambiente. Decisões sobre localização da

empresa, fontes de capital e produtos a serem explorados são exemplos de decisões estratégicas.

Em uma propriedade rural existem fatores que contribuem muito para atingir o sucesso, por esse motivo o administrador da propriedade rural precisa entender os processos realizados nas atividades, assim como os ciclos, para que possa ser feita uma boa e eficiente gestão sem afetar o desenvolvimento.

Segundo com Dias, Zavaglia, Cassar (2013, p.163):

A primeira das etapas propostas para se administrar estrategicamente uma organização é a Análise dos Ambientes Internos e Externos. Nessa etapa, procura-se monitorar os ambientes interno e externo à organização para identificar os riscos e oportunidades presentes e futuros e para se compreender os pontos fortes e fracos da empresa.

Nas organizações rurais principalmente, é muito importante analisar os fatores internos e externos, assim também, como fatores naturais que contribuem muito para a produtividade e melhor desempenhos das atividades exercidas na propriedade. É indispensável que se destine grande atenção aos fatores que influenciem direta e indiretamente no progresso do negócio.

Dias, Zavaglia, Cassar (2013, p.23) afirma:

Dar o direcionamento adequado aos recursos organizacionais faz parte de um conjunto maior de funções, a que designamos processo administrativo. Da atribuição de atividades a um funcionamento à elaboração do orçamento de investimento em pesquisas e desenvolvimento de uma empresa, o administrador exerce diversas funções que lhe são próprias.

Compete ao administrador alocar os recursos que estão disponíveis, nas organizações rurais os recursos precisam ser bem direcionados, de forma correta para obterem resultados positivos, essa função do administrador precisa ser feita com bastante atenção, é sempre necessário primeiramente planejar para que se obtenha bons resultados em relação ao crescimento, desenvolvimento e expansão do empreendimento.

Segundo Dias, Zavaglia, Cassar (2013, p.23):

Assim planejar significa ter seus atos baseados em algum plano ou método, segundo uma determinada lógica, pensando antecipadamente em seus objetivos e ações. Isso possibilita tomar decisões não por palpites ou

emoções, mas por meio de ponderações que podem levar à adoção das melhores práticas disponíveis para se atingir as metas esperadas, com os recursos de que se dispõe.

Após o planejamento o administrador precisa saber organizar as ideias, para que assim possa ter o controle do patrimônio, diversas funções lhe são atribuídas, sendo que uma leva ao caminho de outra para que possa ser obtido o êxito em seu trabalho. Um bom planejamento é o que leva a obtenção de projetos eficazes.

De acordo com Dias, Zavaglia, Cassar (2013, p.24):

Os administradores têm, ainda, a função de elaborar a estrutura organizacional. Isso engloba a definição do trabalho a ser realizado, bem como as responsabilidades pela realização e, ainda, a distribuição dos recursos disponíveis segundo algum critério previamente planejado. Trata-se de arrumar e alocar trabalho, autoridade e responsabilidade.

Portanto, para cada tipo de organização existe uma estrutura de planejamento distinto, pois a alocação de trabalho e responsabilidades são feitas de maneiras diferentes. Nas organizações rurais é necessário que o planejamento respeite os ciclos de produção, assim como, do tempo de plantio ao tempo de colheita.

Para Crepaldi (2006, p.24):

O conhecimento das condições de mercado e dos recursos naturais dá ao produtor rural os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Cabe a ele agora, decidir o quê, quanto e como produzir, controlar a ação após iniciar a atividade e, por último, avaliar os resultados alcançados e compará-los com os previstos inicialmente.

Ao administrador rural destina-se a função de auxiliar o produtor na tomada de decisões, acompanhar cada etapa da evolução de produção, ter o controle do patrimônio e analisar os resultados. Exercendo os conhecimentos para que de melhor forma o possa ser feito o planejamento e colocado em prática para obtenção de excelentes resultados e satisfação do produtor.

Segundo Crepaldi (2006, p.24):

O conjunto dessas ações de decidir o quê, quanto e como produzir, controlar o andamento do trabalho e avaliar os resultados alcançados se constitui o campo de ação da Administração Rural. Assim, ao Administrador Rural cabem as seguintes tarefas:

1. tomar decisões sobre o quê produzir, baseando-se nas condições de mercado e dos recursos naturais de seu estabelecimento rural;

2. decidir sobre o quanto produzir, levando em consideração fundamentalmente a quantidade de terra de que dispõe, e ainda o capital e a mão-de-obra que pode empregar;
3. estabelecer o modo como vai produzir, a tecnologia que vai empregar, ou seja, se vai mecanizar ou não a lavoura, o tipo de adubo a ser aplicado, a forma de combater as pragas e doenças etc.;
4. controlar a ação desenvolvida, verificando se as práticas agrícolas recomendadas estão sendo aplicadas corretamente e no devido tempo;
5. avaliar os resultados obtidos na safra medindo os lucros ou prejuízos e analisando quais as razões que fizeram com que o resultado alcançado fosse diferente daquele previsto no início do seu trabalho.

Em uma propriedade rural vários fatores precisam ser analisados antes de se iniciar um processo de planejamento e prática, ao administrador rural compete essas diversas funções, a decisão sobre o que , quanto e como produzir de acordo com a real situação, também é preciso saber controlar as atividades e a maneira como serão desenvolvidas, assim também, como quem irá realizar as atividades e ao final desse processo o administrador tem a tarefa de analisar os resultados obtidos, se foi ou não satisfatório, identificando pontos positivos e negativos, para que na próxima safra possa conseguir retirar os pontos negativos, balanceá-los objetivando melhorias e satisfação do produtor.

Para Crepaldi (2006, p.25):

A Administração Rural é, portanto, o conjunto de atividades que facilita aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua unidade de produção, a empresa agrícola, com o fim de obter o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra.

Desta forma, é possível que se perceba a real necessidade e importância do trabalho de um administrador nas propriedades rurais, auxiliando para que as atividades possam ser exercidas de maneira correta, obtendo resultados positivos para o produtor rural, ajudando de forma eficiente a alcançar os objetivos traçados.

2.3 CONTROLES DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO RURAL

No mercado atual, o produtor rural precisa estar cada vez mais atento as mudanças que estão acontecendo. Para isso, é necessário estar sempre cauteloso quanto a administração de seu negócio e as práticas administrativas nas

propriedades rurais, dentre elas está o planejamento e os controles financeiro, de resultado e produção.

De acordo com Oliveira (2015, p. 06):

São quatro os principais gerais para os quais os executivos devem estar atentos:

- a) O princípio da contribuição aos objetivos e, nesse aspecto, o planejamento deve, sempre, visar aos objetivos máximos da empresa. (...)
- b) O princípio da precedência do planejamento, correspondendo a uma função administrativa que vem antes das outras (organização, gestão de pessoas, direção e controle). (...)
- c) O princípio das maiores influência e abrangência, pois o planejamento pode provocar uma série de modificações nas características e atividades da empresa. (...)
- d) O princípio das maiores eficiência, eficácia e efetividade.

Inicialmente é interessante que sejam estabelecidos os objetivos e desafios a serem traçados e enfrentados. Além de que, é necessário que sejam determinadas as metas a serem cumpridas. Sendo assim, deve-se hierarquizar os objetivos, de maneira que seja estabelecida a ordem em que se deve sobrepôr as funções administrativas. Vale destacar que a partir do momento que forem pontuados os objetivos do planejamento algumas modificações conseqüentemente irão ocorrer no empreendimento, assim como pessoas, tecnologia e sistema, que realizadas de maneira eficiente, eficaz e efetiva trarão resultados maximizados.

Para Crepaldi (2006, p. 59):

CONTROLE FINANCEIRO E DE RESULTADO. Por constituir uma ferramenta indispensável à administração do empreendimento, os instrumentos de controle financeiro e de resultados devem ser do alcance do administrador e executados sob sua supervisão. (...)

CONTROLE DE PRODUÇÃO. Estes controles estarão sob a responsabilidade direta do gerente de departamento.

É de suma importância que haja o controle financeiro do empreendimento, uma vez que, o mercado nunca está totalmente estável, necessitando que o produtor rural esteja preparado para possíveis situações de risco, sabendo identificar os problemas e possíveis soluções.

Tanto quanto importante como o controle financeiro, está o controle de produção sendo necessário, avaliar o desempenho e os resultados que forem obtidos ao decorrer da realização do projeto prescrito no planejamento.

2.3.1 Orçamento de Fluxo de Caixa

Para que as decisões sejam tomadas de forma correta, é necessário que se utilize das demonstrações contábeis, onde possam ser demonstradas a real situação do empreendimento.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2019).

Segundo Campos Filho, (1999, p. 25):

A estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) compõe-se de quatro grandes grupos, que são:

- Disponibilidades
- Atividades Operacionais
- Atividades de Investimentos
- Atividades de Financiamentos

Essa estrutura, além de ser de fácil entendimento, serve para qualquer tipo de empresa: pequena, média ou grande; indústria, comércio, prestação de serviços e até instituições financeiras.

Entende-se que por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa é possível visualizar as mutações e variações do saldo obtido em caixa durante certo período. Por meio desta demonstração pode-se ter melhor interpretação acerca dos recursos disponíveis do patrimônio.

De acordo com o CRC/PR (2011):

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade para um período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

Além de auxiliar a manter o controle financeiro, as Demonstrações do Fluxo de Caixa também podem dar assistência na tomada de decisões, avaliar a capacidade de possíveis investimentos e financiamentos, e em todas as questões que venham a envolver todo financeiro da empresa.

Segue apresentação do Fluxo de Caixa da propriedade rural Fazenda Robson.

TABELA 1 - Fluxo de Caixa da Propriedade Rural Fazenda Robson

PERÍODO SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

Categoria	Total no Período	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19
Saldo Inicial	R\$ 0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas	R\$ 1.260.000,00	R\$ 0,00	R\$ 420.000,00	R\$ 420.000,00	R\$ 420.000,00								
Outras Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receitas Agrícolas	R\$ 1.260.000,00	R\$ 0,00	R\$ 420.000,00	R\$ 420.000,00	R\$ 420.000,00								
Receitas Animais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receitas Estoques	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas	R\$ 1.164.300,00	R\$ 131.761,05	R\$ 191.761,05	R\$ 131.761,05	R\$ 131.761,55	R\$ 152.816,66	R\$ 152.816,66	R\$ 152.816,73					
Administração	R\$ 300.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 34.000,00	R\$ 34.000,00	R\$ 34.000,00								
Aviação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Combustível	R\$ 52.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00								
Comercialização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Compra de Água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 1.800,00	R\$ 150,00											
Despesas Diversas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Energia Elétrica	R\$ 50.000,00	R\$ 1.555,50	R\$ 1.556,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00							
Financiamento	R\$ 60.000,00	R\$ 5.000,00											
Insumos Agrícolas	R\$ 270.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00								
Ins. para Máquinas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00									
Manut. de Máquinas	R\$ 70.000,00	R\$ 5.555,55	R\$ 6.666,66	R\$ 6.666,66	R\$ 6.666,73								

Manut. Gerais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Cust. de Máq.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros Itens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Produtos Vet.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pró-Labore	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00											
Salários	R\$ 240.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00								
Serviços Terceirizados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo no Período	R\$ 1.164.300,00	R\$ 131.761,05	R\$ 191.761,05	R\$ 131.761,05	R\$ 131.761,55	R\$ 152.816,66	R\$ 152.816,66	R\$ 152.816,73					

2.3.2 A DRE

A DRE tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2019).

De acordo com a Lei 6.404/1976, art. 187:

A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Para Braga (1999, p. 92):

A finalidade básica da Demonstração do Resultado do Exercício é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificações das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo.

Por meio da Demonstração do Resultado do Exercício, pode-se obter um resumo acerca das operações que envolvem as contas de resultados, onde é possível verificar se obteve lucro ou prejuízo ocorrido em determinado período. Também é possível auferir as despesas para que possa ser feita uma redução das mesmas, caso seja necessário, afim de obter melhores resultados e não obtenção de prejuízos.

Segue DRE da propriedade rural Fazenda Robson no Período de Setembro/2018 a Agosto/2019:

TABELA 2 - DRE da Propriedade Rural Fazenda Robson
no Período de Setembro/2018 a Agosto/2019

Receita Bruta.....	R\$ 1.260.000,00
(-) Deduções e Abatimentos.....	(R\$ 300.000,00)
(=) Receita Líquida.....	R\$ 960.000,00
(-) CPV.....	(R\$ 410.000,00)
(=) Lucro Bruto.....	R\$ 550.000,00
(-) Despesas Administrativas.....	(R\$ 334.330,00)
(=) Resultado Líquido.....	R\$ 215.700,00

2.3.3 O Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2019).

De acordo com Franco (2009, p. 141):

Para conhecer periodicamente a situação do patrimônio administrado e suas relações jurídicas de débito e de crédito com terceiros (direitos e obrigações), assim como os bens que o integram, a administração elabora o balanço patrimonial.

Através do Balanço Patrimonial é possível se ter a demonstração da situação do patrimônio, geralmente esta demonstração é realizada ao término de cada exercício social. As contas são agrupadas de maneira que seja de fácil compreensão a análise dos dados de bens, direitos e obrigações. O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações contábeis mais conhecidas e utilizadas.

Segue Balanço Patrimonial da Propriedade Rural Fazenda Robson no Período de Setembro/2018 a Agosto/2019:

TABELA 3 - Balanço Patrimonial da Propriedade Rural Fazenda Robson no Período de Setembro/2018 a Agosto/2019

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 365.000,00	Passivo Circulante	R\$ 330.000,00
Disponível	R\$ 95.700,00	Fornecedores	R\$ 330.000,00
Despesas Antecipadas	R\$ 270.000,00		
		Passivo Não Circulante	R\$ 16.820.000,00
Ativo Não Circulante	R\$ 17.000.000,00	Financiamentos de Imobilizado	R\$ 16.820.000,00
Máquinas	R\$ 2.000.000,00		
Terrenos	R\$ 15.000.000,00	Patrimônio Líquido	R\$ 215.700,00
		Lucros	R\$ 215.700,00
Total do Ativo	R\$ 17.365.700,00	Total do Passivo	R\$ 17.365.700,00

3 - IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA NUMA LAVOURA DE CAFÉ

3.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS

3.1.1 Identificação do Ponto de Equilíbrio

O ponto de equilíbrio é um indicador de segurança do negócio. É ele que mostra o quanto é necessário vender para que as receitas se igualem aos custos; que indica em que momento, a partir das projeções de vendas do empreendedor, a empresa estará igualando suas receitas e seus custos. (SEBRAE, 2019).

$$PEC = \frac{CF}{1 - CV/RT}$$

$$PEC = \frac{61.033,27}{1 - \left(\frac{294.885,14}{304.449,61}\right)} = \frac{61.033,27}{1 - 0,97} = \frac{61.033,27}{0,03} = 2.034.442,33$$

3.1.2 Identificação dos Índices de Liquidez

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isso é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. (Marion, 2012, p. 75).

Índice de Liquidez Corrente

Segundo Marion (2012, p.75) a liquidez corrente “mostra a capacidade de pagamento da empresa a Curto Prazo, por meio da formula:

$$ILC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

$$ILC = \frac{365.000,00}{330.000,00}$$

$$ILC = 1,11$$

Para cada R\$ 1,00 de dívida, há R\$ 1,11 de dinheiro e valores que se transformaram em dinheiro (AC).

Índice de Liquidez Seca

Similar a liquidez corrente a liquidez Seca exclui do cálculo acima os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações. (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2019).

$$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

$$LS = \frac{365.000,00 - 0}{330.000,00}$$

$$LS = 1,11$$

Para cada R\$ 1,00 de dívida de PC, a propriedade dispõe de R\$ 1,11 de Ativo Circulante, sem os estoques.

Índice de Liquidez Geral

Para Marion (2012, p. 81) o índice de liquidez geral “Mostra a capacidade de pagamento da empresa a Longo Prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a Curto e Longo Prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a Curto e Longo Prazo), ou seja:

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Ativo Não Circulante}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

$$LG = \frac{365.000,00 + 17.000.000}{330.000,00 + 16.820.000,00}$$

$$LG = 1,01$$

Para cada R\$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, há R\$ 0,02 de valores a receber a curto e longo prazo.

Índice de Liquidez Imediata

De acordo com Marion (2012, p. 82), o índice de liquidez imediata "Mostra o quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de Curto Prazo", ou seja:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades: (Caixa + Bancos + Aplicações de Curtíssimo Prazo)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LI = \frac{95.700,00}{330.000,00}$$

$$LI = 0,29$$

Este índice nos revela que para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo a propriedade possui apenas R\$ 0,29, falta ainda R\$ 0,71. Neste caso ela atua com dificuldade considerando apenas os disponíveis, o índice mostra que a propriedade está com dificuldades financeiras em operar no curto prazo.

3.1.3 Identificação do Índice de Endividamento

Segundo Marion (2012, p. 94), "É por meio desses indicadores que apreciaremos o nível de endividamento da empresa.

Ainda para Marion (2012, p. 95), "Também são os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários. Saberemos se os recursos de terceiros têm seu vencimento em maior parte a Curto Prazo (Circulante) ou a Longo Prazo (Exigível a Longo Prazo).

Capital de Terceiros em relação aos Recursos Totais

$$CTRRT = \frac{PC + PNC}{AT}$$

$$CTRRT = \frac{330.000,00 + 16.820.000,00}{17.365.700,00} = \frac{17.150.000,00}{17.365.700,00} = 0,99$$

Este índice nos revela que a empresa possui R\$ 0,99 de capital de terceiros.

Capital Próprio em relação ao Capital de Terceiros

$$CPCT = \frac{PL}{PC + PNC}$$

$$CPCT = \frac{215.700,00}{330.000 + 16.820.000,00} = 0,01$$

Este índice nos revela que para cada R\$1,00 de terceiros a empresa tem apenas R\$ 0,01.

Composição do endividamento

Segundo Marion (2012, p. 96) “A análise da composição do endividamento também é bastante significativa:

- Endividamento a Curto Prazo, normalmente utilizado para financiar o Ativo Circulante;
- Endividamento a Longo Prazo, normalmente utilizado para financiar o Ativo Permanente.”

$$CE = \frac{PC}{PC + PNC}$$

$$CE = \frac{330.000,00}{330.000,00 + 16.820.000,00} = 0,02$$

Este índice mostra que para cada R\$1,00 de capital de terceiros, R\$0,02 vencerá a curto prazo.

3.1.4 Identificação do Índice de Rentabilidade

Para Marion (2012, p. 131) “O objetivo, então, é calcular a taxa de lucro, isso é, comparar o lucro em valores absolutos com valores que guardam alguma relação com o mesmo”.

Taxa de Retorno sobre Investimentos

$$TRI = \frac{\textit{Lucro Liquido}}{\textit{Ativo Total}}$$

$$TRI = \frac{215.700,00}{17.365.700,00}$$

$$TRI = 0,01$$

Para cada R\$ 1,00 investido há um ganho de 0,01.

Taxa de Retorno sobre Patrimônio Líquido

$$TRSPL = \frac{\textit{Lucro Liquido}}{\textit{Patrimonio Liquido}} = \frac{215.700,00}{215.700,00} = 1$$

Para R\$ 1,00 investido pelos proprietários há um ganho de R\$ 1,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como obter uma melhor gestão do empreendimento rural. Além de que, foi elaborada uma pesquisa de campo no Distrito de Santa Luzia, na Fazenda Robson, que exerce atividade de cafeicultura, onde permitiu uma melhor análise a respeito dos controles utilizados pelo produtor rural em questão.

É perceptível que existe uma grande deficiência em relação ao conhecimento dos produtores rurais, pois na maioria das vezes eles não possuem escolaridade e não sabem a forma correta sobre como administrar seu negócio. Sendo assim, a grande maioria não vê a necessidade de um profissional contábil que possa orientá-lo na tomada de decisões e no domínio das finanças de seu patrimônio.

Deste modo, ao longo do presente desenvolvimento foi perceptível a dificuldade do produtor rural em gerenciar e controlar seu negócio. Uma das principais dificuldades que foi encontrada é a exatidão nas informações, uma vez que, não são registradas contabilmente corretamente as atividades que são realizadas na propriedade rural.

Ao realizar a pesquisa, acerca dos dados coletados verificou-se que existe uma escassez de informações gerenciais sobre a propriedade. Além das informações financeiras, o produtor pôde afirmar também que possui um profissional que o auxilia na emissão de notas fiscais referente a venda do café, porém o mesmo não acompanha todas as etapas do processo realizado na propriedade, já que o produtor não vê necessidade do acompanhamento diário deste profissional.

Com base neste estudo, foram elaboradas as demonstrações contábeis da propriedade com valores repassados e estimados, para que fosse possível a primeira versão dos dados representativos de resultados.

Na demonstração de Fluxo de caixa, percebe-se que não houve entradas diárias de dinheiro no caixa, pois o exercício de atividades do produtor rural é diferente de uma empresa. Sendo as entradas de recursos financeiros exclusivamente no meses de junho, julho e agosto, quando é realizada a colheita e venda do café. Nos meses subsequentes são utilizados os recursos recebidos neste período para a preparação da próxima colheita, afim de suprir as despesas que serão necessárias.

Na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE a propriedade obteve lucro, considerando que a mesma foi realizada em base de valores estimados, uma vez que o produtor rural não possui exatamente os valores das operações realizadas no período realizado.

Através dos dados, foi elaborado o Balanço Patrimonial também com dados estimados acerca dos dados coletados, buscando apresentar a situação do patrimônio rural.

A partir das demonstrações contábeis, foram elaborados os índices que permitiram uma análise da condição atual da propriedade. Contudo, em relação aos mesmos, por ser um empreendimento distinto e com atividade propícia a um determinado período do ano, o resultado dos índices demonstram que o empreendimento está com resultado positivo, ainda que produtor não possua orientação e auxílio na gestão do negócio, está se mantendo no mercado.

Portanto, ao final deste trabalho, percebe-se que há outros pontos a serem discutidos e analisados, abrindo margem para outros estudos aprofundados na propriedade. Verificando futuramente possíveis melhorias a serem realizadas, principalmente em relação da gestão e controle do patrimônio.

REFERÊNCIAS

APOSTILA DE ECONOMIA. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/094022apostilaadmeeconomiarural.pdf>>. Acesso em 27/10/2019

BEZERRA, Davi da Silva. **Gestão Financeira I.** Disponível em: <<http://www.fapanpr.edu.br/site/docente/arquivos/ApostilaGestaoFinanceiral.pdf>>. Acesso em 05/11/2019

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S/A. 1999

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988.** Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07/10/2019

BRASIL. **lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976.** *Dispõe sobre as Sociedades por Ações.* Brasília: Senado Federal, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 02/11/2019

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** *Institui o Código Civil.* Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 12/10/2019

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.** *Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.* Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 05/10/2019

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agropecuária Brasileira em Números.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>>. Acesso em: 14/10/2019

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **Agronegócio.** 2. ed. São Paulo: Editoras Atlas S/A. 2008

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos Fluxos de Caixa: Uma Ferramenta Indispensável Para Administrar sua Empresa.** São Paulo: Editora Atlas S/A. 1999

CANAL RURAL. **PIB da Agropecuária Deve Crescer 0,6% Neste Ano, Projeta Ipea.** Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/pib-agropecuaria-ipea/>>. Acesso em 17/10/2019

CARNEIRO, Erymá. **Contabilidade Rural.** Volume III. EF.1961

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Demonstrações Contábeis.** *Aspectos Práticos Elaboração e Apresentação Conceitual de Acordo com o IFRS.* Disponível em: <https://www.crcpr.org.br/new/content/download/2011_demonstracoesContabeis.pdf>. Acesso em 01/11/2019

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisoria.** 4 ed. São Paulo: Atlas. 2006

_____. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisoria.** 6 ed. São Paulo: Atlas. 2011

DATASEBRAE. **Perfil do Produtor Rural.** Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/perfil-do-produtor-rural/>>. Acesso em: 17/10/2019

DIAS, Reinaldo; ZAVAGLIA, Tércia; CASSAR, Maurício. **Introdução à Administração da Competividade à Sustentabilidade.** 3. ed. Campinas, São Paulo: Editora Alínea. 2013

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Minas é o 2º Estado em Número de Mpes.** Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/legislacao/2019/01/03/minas-e-o-2o-estado-em-numero-de-mpes/>>. Acesso em 10/10/2019

FEAUSP – **Contabilidade e Atuária.** *O que é Contabilidade.* Disponível em: <<https://www.fea.usp.br/contabilidade-e-atuaria/graduacao/o-que-e-contabilidade>>. Acesso em: 15/09/2019.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral.** 23 ed. São Paulo: Atlas. 2009

Gestão Financeira. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/gestao-financeira/noticias/o-que-e-gestao-financeira-empresarial>>. Acesso em 20/10/2019

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial.** 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S/A. 2012

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda, Pessoa Jurídica.** 13 ed. São Paulo: Atlas. 2012

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico, Conceitos, Metodologia, Práticas.** 33 ed. São Paulo: Editora Atlas S/A. 2015.

Portal de Contabilidade. **DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ademonstracaodosfluxos.htm>>.
Acesso em: 01/11/2019

PORTAL SEBRAE. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacionaldeencadeamentoprodutivo,b9ee6c566dca5410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 20/10/2019

Revista Agropecuária. **Funções do Administrador Rural.** Disponível em:
<<http://www.revistaagropecuaria.com.br/2014/03/13/funcoes-do-administrador-rural/>>. Acesso em 31/10/2019

SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa:** 2013. 6. ed. / *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos* [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. – Brasília, DF; DIEESE, 2013. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf>. Acesso em: 07/10/2019

SEBRAE. **Como o Sebrae atua no segmento de Agricultura.** Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/agricultura/como-o-sebrae-atua,7fbce8386cd06510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 14/10/2019

SEBRAE. **Estudos e Pesquisas. Perfil dos pequenos negócios.** Disponível em:
<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 07/10/2019

SEBRAE. **Pequenos Negócios em Números. Conheça os principais números sobre a participação dos pequenos negócios nas economias brasileira e paulista.** Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 07/10/2019.

SEBRAE. **Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae Unidade de Gestão Estratégica** SGAS 605 – Conjunto A – Asa Sul – 70.200–904 – Brasília–DF, Abril – 2018. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%202004%202018.pdf>>. Acesso em: 10/10/2019

SEBRAE. **Ponto de equilíbrio: ferramenta para manter seu negócio seguro.**

Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/ponto-de-equilibrio,67ca5415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 07/11/2019

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **Cálculo e Análise dos Índices de Liquidez**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm>>. Acesso em 07/11/ 2019